NOVELLAE OLIVARUM

ANO XV NÚMERO 144 VERÃO 1957

MINISTROS DA PALAVRA — J. Poças 213
PARA UMA VISÃO ECLESIOLÓGICA DO LAICADO — João Rodrigues 216
O OFERTÓRIO DA MISSA — P. José Ferreira 224
PANORAMA: CERIMONIAL DO BAPTISMO — João Morais 237
NOVO RITUAL DA LITURGIA DOS DEFUNTOS EM BORDÉUS — António Crisóstomo 241
LIVROS NOVOS 241

Casa Peyroteo

Artigos de 1.ª qualidade

para

Todos os Desportos

SOCIDEL—Soc. Com. de Artigos de Desporto L.da

Rua Nova do Almada, 52

LISBOA

Eurico & Rosa L.da

Rua das Pretas, 18-20

LISBOA

Armazenista distribuidor das principais fábricas de material eléctrico. Instalações eléctricas, campainhas, telefones, força motriz, etc., etc.

Orçamentos gratis

Telef. — 24410 20183

Descontos especiais ao Clero

ÓRGÃOS PARA MÚSICA SACRA

WURLITZER ORGAN

O órgão aprovado pelo

Vaticano

CASA RUVINA Rua Formosa, 173 — PORTO

NOVELLAE OLIVARUM

Director — ALBERTO NETO SIMÕES DIAS

Redactores — JOSÉ POÇAS RIBEIRO / CLÁUDIO MARQUES TEIXEIRA

Administradores — ALBINO MAMEDE CLETO / AVELINO BARATA PINTO

Proprietário e Editor — IRENEU MARQUES CLEMENTE

REVISTA DOS ALUNOS DO SEMINÁRIO DE CRISTO-REI — OLIVAIS

COM A APROVAÇÃO DA AUTORIDADE ECLESIÁSTICA

Composição e impressão na Gráfica de Gouveia, Ld.ª — Gouveia — Telef. 174

BAYER

Rioplex

uprama

ESCOLHA O TOM PRETO PRÓPRIO PARA O CLERO.
EXIJA NA OURELA A MARCA «**RIOPLEX**», POIS OS TECIDOS «**RIOPLEX**» SÃO
RESISTENTES E DE CORES **ABSOLUTAMENTE INALTERÁVEIS**

LARG. 1,50 **PREÇO 80$00**

Marmindústria Portuguesa, L.da



EXPORTADORES

Oficinas em:
Pero Pinheiro

Pedreiras em:
Pero Pinheiro
Estremoz
Borba e Ábrã

Escritório:
RUA BARATA SALGUEIRO, 53-2.º
Telef. 59176 — Teleg. MARPOR
LISBOA

Cem anos!

VELAS DE CARDIGOS

J. d'Oliveira Tavares, Filhos

Telef. 5 — B Baixa-CARDIGOS

Primeiros fabricantes das velas de Cardigos cujas fábricas foram fundadas em 1850!

Casa antiquíssima preferida pelo Ex.mo clero do Continente, Ilhas e Províncias Ultramarinas

Premiada em 7 exposições
4 estrangeiras e 3 nacionais



M. d'Oliveira & Marques L.da

Praça dos Restauradores, 13
TELEF. 30876 — 36972 — LISBOA

SECÇÃO DOS TECIDOS PRETOS R.M.

Tecidos para o Rev.º Clero e seminaristas.

Δ Δ Δ

Elasticotines — Sarjas — Tropicais — Casemiras — Merinos
Sobretudos

Δ Δ Δ

Alfaiataria -- Capas -- Gabardines

Δ Δ Δ

Condições especiais para Finalistas

SECÇÃO DE LIVRARIA

Livros estrangeiros - Edições próprias

Δ Δ Δ

Revistas estrangeiras: Lumen Vitae Foyer Notre Dame—Famille et College—Ecclesia—Panorama Cretien, etc.

Δ Δ Δ

Filmes fixos e de movimento:
(Catequese—ensino—diversão)

Δ Δ Δ

Máquina de escrever "Antares Micron"

Δ Δ Δ

Máquinas de Projecção

MERCEDES-BENZ

AUTOMÓVEIS
com motor a gasolina
e diesel



CAMIÕES DIESEL
para todas as cargas



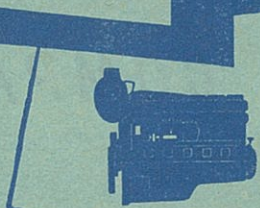
AUTOCARROS
DIESEL
para 33/35 41/43
lugares





UNIMOG
tractor para todo o ter-
reno, para fins agrícolas
e industriais





MOTORES MARÍTIMOS
E INDUSTRIAIS para
todos os fins e aplicações

Representantes

C. SANTOS L.DA

LISBOA PORTO

União Gráfica

S. A. R. L.

Sede: Rua de Santa Marta, 48

LISBOA

Livraria — As últimas novidades literárias.

Tipografia — Execução perfeita de todos os trabalhos tipográficos.

Editorial — Numerosas obras de grande interesse. Editora dos apreciados romances de *Nuno de Montemor*.

Objectos religiosos—O maior sortido, aos mais baixos preços.

Paramentaria—Confecção de paramentos que se impõem pela sua qualidade e esmerado acabamento.

Proprietária do diário *Novidades*, da revista de actualidades *Flama*, do semanário *A Guarda* e da publicação bi-mestral *Selecção Documental*.

Sociedade Industrial Metalúrgica

S. A. R. L.

SERRALHARIAS

Rua de S. Tiago, 13 — LISBOA

FUNDADA EM 1756

"Genáculo"

VINHO PARA MISSA

Com a aprovação de S. Ex.ª Rev.ma o Snr. Bispo do Porto

REAL COMPANHIA VELHA

PORTO

Rua das Flores, 69

LISBOA

Praça dos Restauradores, 14

MINISTROS DA PALAVRA

«Nos vero orationi et ministerio verbi instantes erimus».

«Quanto a nós, entregar-nos-emos assìduamente à Oração e ao Serviço da Palavra».

Actos, VI, 4.

É bem visível nos nossos dias o sopro do Espírito presente no mundo a impelir os corações de boa vontade para as coisas de Deus, lançando nas almas uma fome e sede de sobrenatural.

Jesus Cristo — e só Ele, — verdadeiro pão da vida e inesgotável fonte de água viva, sacia plena e perpètuamente aqueles que o procuram pela fé.

É na Igreja — instituição salvífica, que Ele se dá em alimento e bebida. Nela se perpetua o Sacrifício Redentor do Seu Corpo e Seu Sangue, do qual os fiéis se tornam participantes; nela é proclamada a Sua Palavra — autêntico alimento para os que a escutam e assimilam.

Na Igreja os ministros de Cristo estão constituídos em «dispensadores dos mistérios de Deus» (1): pelo serviço cultual administram os mistérios sacramentais; pela proclamação da palavra de Deus revelam os mistérios da fé.

*

* *

A esta fome e sede de bens sobrenaturais deve corresponder uma mais cuidada administração por parte dos que estão constituídos em

(1) I Cor. IV, 1.

«dispensadores». Pelo que diz respeito à transmissão da Palavra de Deus, nunca como hoje se sentiu uma tão urgente necessidade de um alimento sólido cuidadosamente preparado. E quando se pensa que para a grande maioria dos fiéis este alimento está reduzido à homilia dominical, certamente se não fica insensível.

Constituído arauto da Palavra de Deus desde a ordenação sacerdotal («sacerdotem oportet... praedicare»), o Padre deve ser fiel intérprete dessa Palavra. Esta fidelidade na tradução e interpretação da Palavra de Deus está dependente em larga escala da preparação que lhe é destinada: preparação intelectual pelo estudo; preparação espiritual pela vida de oração, e é este segundo aspecto que pretendemos frizar.

*

* *

O êxito da nossa comunicação da Palavra de Deus aos homens está realmente condicionado à nossa comunicação com o próprio Deus.

Mais que uma entre as múltiplas actividades pastorais, a prègação é transmissão aos outros do mistério de Deus profundamente sentido. A vida sobrenatural que as almas nos pedem deve ser por nós, antes de proclamada, plenamente vivida.

Só assim a apresentaremos tal como ela é, só assim a proclamaremos com ardor comunicativo, ateando nos outros o fogo que nos devora.

Não se dá o que se não tem e só se dá com real eficácia o que se possui verdadeiramente.

Para que a Palavra de Deus que anunciamos seja alimento, é preciso que nós próprios nos alimentemos. Para que essa Palavra seja transmissão de vida, é necessário que nós a vivamos.

«Ao sacerdote compete prègar», isto é, transmitir aos homens a mensagem de Deus. Mas além de transmissor, o Padre deve ser essa mesma mensagem incarnada, a transmitir o que vive, a proclamar o que medita.

«Contemplari et contempla aliis tradere» escreveu S. Tomás. Contemplar, viver intimamente unido a Deus e dar aos outros os frutos dessa contemplação, r e p a r t i r com os outros as experiências dessa intimidade.

Isto se nos pede, isto por justiça nos é exigido: «o povo fiel tem direito aos frutos da nossa contemplação» (2). Tal união a Deus, tal comunhão do seu Mistério, mais do que a simples cristãos, o Senhor exige dos cristãos categorizados que nós somos.

«Vos estis sal terrae... vos estis lux mundi» (3). A adesão a Deus é a corrente que garante a continuidade da luz que nós irradiamos. Da nossa amizade com Ele nasce a força com que o sal há-de salgar e conservar.

Nem era outro o pensar do eminente cardeal Shuard ao dizer que toda a eficácia sacerdotal é uma questão de espiritualidade.

*

* *

Viver a vida divina, viver o Evangelho e prègá-lo. Ele é a base que fundamenta toda a prègação e ao mesmo tempo o seu objectivo único. Ele basta, pois nele tudo está contido.

Prègar o Evangelho é, como disse um dia aos seus Padres o Cardeal Mercier, prègar o Mistério cristão, o comércio directo e vivo da Santíssima Trindade com os homens, a organização sobrenatural da vida humana, da família e da sociedade.

J. POÇAS

---

(2) Cardeal Mercier, *La Vie Intérieure.*

(3) Mat. V, 13 e 14.

Para uma visão eclesiológica do laicado

Lemos nas primeiras páginas da Sagrada Escritura que, tendo Deus creado o homem, o colocou na terra para a trabalhar e guardar; e que, tendo-o creado «homem e mulher», lhe deu a missão de se multiplicar e sujeitar o mundo. Por difícil que seja a exegese dos primeiros onze capítulos do Génesis, não podemos deixar de ver nestes passos — que nos são narrados antes do pecado e suas consequências — que o homem, creado por Deus como coroa e remate de toda a creação sensível, não só fica constituído em responsabilidade pessoal perante o seu Creador, como possue desde o princípio a dignidade e missão de representante e pontífice de todas as coisas corpóreas. Pois que é trabalhar e dominar o mundo senão associar as coisas ao seu próprio destino, traduziu nelas o seu sonho, numa palavra, elevar a glória o louvor que elas já de si rendem ao seu Senhor?

Não nos esclarece a Sagrada Escritura — e seria inútil especular — sobre o como do domínio que Adão e Eva exerciam sobre a terra e quanto nela se contém. E-nos dito porém que com o castigo o homem perde essa facilidade de sujeitar e dominar as coisas, a terra fica para ele maldita.

Mas o Verbo de Deus faz-se carne para nos salvar. Redime-nos pelo seu Sangue. E a humanidade resgatada, une-a o Senhor Jesus a Si para, seu Corpo Místico, oferecer com Ele ao Pai por toda a eternidade a glória que é devida a Deus.

Em Cristo toda a creatura é consagrada. A desordem do pecado, que não só afastara o homem de Deus como estabelecera um hiato na resposta das creaturas, é reparada e substituída pelo amor. E quando o Reino definitivo chegar, todas as promessas messiânicas serão cumpridas.

O Reino definitivo só será estabelecido após a segunda vinda de Cristo. Entre as duas vindas, a da Incarnação e a do Juízo, a vida do homem na terra continuará a ser dura. O discípulo não é mais do que o mestre. E os cristãos sentem, ao menos confusamente, a coerência e a glória de serem julgados dignos de imitar na dor Aquele que quis morrer na Cruz para salvar a todos.

Quando o Senhor passou na terra, os homens puderam contemplar as primícias do Reino eterno: então os cegos viram, os coxos andaram, os leprosos foram curados, os mortos ressuscitaram. Mas ao cortejo triunfal dos Ramos não deixou de se seguir a Paixão.

O Senhor ressuscitou, e subiu ao céu. Deixou entre nós a sua Igreja. Deixou na sua Igreja a sua missão. Mas a Igreja continua a ser escândalo para os homens do nosso tempo. Que é ela afinal?

Na sua realidade definitiva, na glória eterna, a Igreja será a comunhão dos homens, com Deus e uns com os outros, em Cristo. Entre as duas vindas do Senhor

Jesus, a Igreja é já no mundo a comunidade dos que n'Ele cremos. Que O sabemos misteriosamente presente entre nós. Que O ouvimos e seguimos no mistério da Hierarquia a quem confiou um dia a sua missão de santificar e conduzir.

É fundamental para uma visão autêntica da Igreja compreender que nela se não opõem «comunhão» a «Hierarquia», «caridade» a «poder», Espírito de Deus a Cristo. A Igreja é já neste mundo comunhão na realidade da Graça, mas comunhão que se realiza em Cristo, comunhão que se cumpre através dos meios que o Senhor confiou aos seus Apóstolos. Sabe-se que o erro do protestantismo foi o de querer reduzir a Igreja à comunidade fiel, negando a necessidade, a instituição divina da Hierarquia visível. Tentativa de ir mais directamente a Deus? Em todo o caso, incompreensão do mistério, desconhecimento do sentido da mediação das creaturas, tão patente em toda a economia da Redenção. Mas seria errado também querer ver na Igreja uma estrutura apenas, fosse embora dos meios da salvação, reduzi-la pràticamente à Hierarquia. Porque, anterior à comunidade e fundando-a, a Hierarquia só existe para ela.

Propositadamente não nos referimos até aqui aos «leigos», mas apenas ao «povo fiel». É que os membros da Hierarquia não deixam por isso de ser fiéis de Cristo, a sua própria santificação pessoal não põe problemas de princípio diferentes do do comum dos fiéis. Não se pode falar própriamente duma espiritualidade sacerdotal senão na medida em que o sacerdote foi chamado a uma vocação que lhe impõe deveres de estado particulares, além duma exigência de santidade eminente. E se a celebração dos sagrados mistérios o coloca numa intimidade sem par com as coisas de Deus, o sacerdote tem fundamentalmente de recorrer aos meios de salvação comuns a toda a Igreja.

Mas é de todos conhecido que a Igreja não é uma sociedade de iguais e que só a alguns dos fiéis foi conferido, não pela comunidade, mas por instituição divina, a própria missão e poderes do Messias. Não tem interesse discorrer sobre os diferentes graus de participação dos poderes hierárquicos. Aqueles que foram consagrados em vista a tal participação são na Igreja o clero. Todos os restantes fiéis constituem o laicado, no sentido mais teológico do termo.

Se é certo, porém, que só a Hierarquia possue o poder e a missão «ex officio» de santificar, ensinar e governar a grei de Cristo, pode e deve afirmar-se que todo o fiel participa em certo modo desta dignidade também. Não a título de participação na missão da Hierarquia, mas antes por comunhão directa com Cristo, por força da integração no Corpo de que é Ele a Cabeça. Nesta ordem de ideias, é de lamentar que se explique à vezes o poder cultual dos fiéis ùnicamente em termos duma «participação passiva nos poderes sacerdotais de Cristo», visto que, unido à Igreja, todo o baptizado participa com ela verdadeiramente no sacerdócio eterno do Senhor. E se é certo que o sacrifício do Calvário é representado em «sacramento» na Missa, não há dúvida de que todo o fiel oferece o «Cristo total» no sacrifício eucarístico exercendo nisto o seu poder sacerdotal.

Poder que é real e não apenas passivo, embora irredutível ao poder sacerdotal do celebrante, pois só o padre pode, consagrado em nome e na Pessoa de Cristo, levar a efeito a imolação.

Nem se deve negar aos fiéis uma certa participação na realeza e na própria missão magisterial de Cristo, por redundância ainda da plenitude d'Ele. O domínio

dado a Adão e Eva no princípio é em Cristo, «a quem todas as coisas foram sujeitas», definitivamente cumprido. E é por Ele e n'Ele que o homem descobre enfim o seu título de libertação.

Por outro lado, esta dignidade do cristão não deve passar sem reflexo na própria existência da Igreja. Seja no culto, seja no depósito da fé, seja no próprio regime, não se deve menosprezar de ânimo leve a parte do povo fiel. Não há dúvida de que só à Hierarquia foram dados poderes, mas não há dúvida também de que a Igreja não é mera realidade jurídica. Como atrás ficou vincado, falseia-se a visão encarando-a apenas como poder ou como comunidade apenas.

A Igreja é a comunidade unida vitalmente a Cristo através da Hierarquia. Se a esta compete ensinar e governar com autoridade, cumpre ao povo fiel viver o culto, a doutrina, as leis e instituições. Mas essa vida na obediência à Hierarquia não deixa de ter um certo sentido activo ,como nota Congar: «on ne saurait dire que le peuple fidèle n'enseigne pas. Il enseigne, et très activement, mais non au titre de l'autorité apostolique, par jugement impératif: il le fait au titre de la foi intériorisée, par toutes les activités de vie et de pensés qu'elle fomente et nourrit» (1).

Coisa parecida se poderia dizer até da própria função de governo. Não que caiba aos fiéis em geral legislar. Mas porque compreendendo que são a Igreja, eles se devem empenhar numa cooperação com a Hierarquia.

Numa palavra: o povo cristão participa verdadeiramente da dignidade sacerdotal, real e magisterial de Cristo. Na vida da Igreja, Corpo Místico do Senhor, deve manter-se um diálogo vivo entre o povo fiel e a Hierarquia, diálogo de que depende, não certamente a subsistência da Igreja, mas a perfeição dos seus membros.

Definimos leigo como aquele que não foi chamado a participar na Hierarquia. Mas os fiéis podem consagrar-se a Cristo no estado religioso. No que segue, deixaremos de nos referir a eles quando tratarmos dos leigos.

Se o laicato ficou definido por duas negações sucessivas, interessa sumamente procurar qual a missão que lhe incumbe e qual o sentido que terá na Igreja e no Reino definitivo.

O leigo é o cristão que continua inserido, empenhado, no mundo e na história. Enquanto o religioso, por uma loucura da consagração, salta sobre o mundo e o tempo para procurar a Cristo só — este, de resto, o sentido da castidade, da obediência e da pobreza —, enquanto o clérigo saíu dos interesses temporais para se pôr à inteira disposição do Reino, o leigo é o cristão cuja vocação é permanecer incarnado no temporal. Queremos neste ponto chamar a atenção para duas tendências, ambas elas injustas: caíu-se por vezes numa sub-estima do temporal, a pretexto de que só a vida religiosa ou o serviço na Hierarquia é cristianismo autêntico. Mas pode correr-se o risco oposto, e receamos às vezes que certa literatura pouco responsável o tenha favorecido em demasia: seria ele a tese de que a espiritualidade do nosso século é uma espiritualidade de serviço na História, ou a tese mitigada de que o ideal estaria numa síntese de vida religiosa e inserção no temporal.

Entendamo-nos. Desde a primeira página do Génesis que a Revelação nos obriga a acreditar na bondade de quanto Deus criou. Toda a tradição da Igreja reconhece a

---

(1) CONGAR, Yves, *Jalons pour une Théologie du Laicat*, ed du Cerf, Paris — 1954, p. 405.

dignidade do trabalho e a necessidade de que o homem se empenhe no temporal. Não se disse sempre que o «crescite et multiplicamini» continua a impor à humanidade o dever de se multiplicar? Nem há dúvida de que o próprio pecado vem tomar mais necessária a doação ao trabalho.

Mas para além disto tudo, a História é dominada pelo facto do Verbo que incarnou. De Jesus que prègou o Reino. E que convidou muitos a imitá-lO, por causa da Redenção, na cruz. Continua a ser verdadeira a grandeza da missão no mundo. Mas o Senhor convidou alguns a renunciar a ela por amor do Reino. E ao amor humano, ao encanto duma obra visível, à escolha livre dos meios. Entendamo-nos. Seria pormo-nos em oposição ao Evangelho esquecer que é esta «a melhor parte».

De resto, «cada qual tem o seu dom» e o problema da santidade não se resolve por procurar as coisas maiores. Mas apenas dizendo «sim».

E uma palavra mais sobre a missão dos leigos no mundo.

Dissemos, no princípio destas reflexões, que o trabalho do homem equivalia na perspectiva do Jardim do Eden a um pontificado sobre as coisas. Cristo não destrói este valor. É certo que o ultrapassa e todo o culto só tem valor em referência à cruz. Mas o esforço do cristão deve ser sacrifício interior que ele oferece em união com o Mestre.

Sabemos que no Reino final as coisas voltarão ao domínio do homem, por Cristo e para Deus. Mas até à consumação dos tempos, salvo milagre, as coisas continuarão a não obedecer fàcilmente. Serão fonte de dor. Continuará nelas a Redenção.

O trabalho, a acção no mundo, seriam necessários até no Jardim do Éden, porque o homem não é só espírito. Esse trabalho é agora doloroso. Mas pode servir, como então não sucedia, para minorar a dor...

Uma última reflexão sobre a dignidade do trabalho: até que ponto é que a transformação das coisas, a própria acção nas estruturas da História será integrada no Reino? Não ousamos arriscar resposta, mas deixamos o problema como ponto de meditação.

Para terminar, resta-nos falar do apostolado dos leigos.

Comecemos por notar que o apostolado é qualquer coisa de essencial à Igreja, porque dimana imediatamente do amor.

O cristão não é apenas alguém que se instalou num sistema razoável, mas alguém que recebeu de Deus o dom da Fé, alguém que tem certezas essenciais e vê o mundo sem elas. O cristão é ainda alguém que sabe que foi salvo pelo sangue de Cristo e recebeu o dom de responder sobrenaturalmente a este amor de Deus. Daí que o apostolado seja para ele algo de conatural à vida.

Evidentemente que o apostolado se pode realizar e realiza de modos muito diversos, desde aquele que consiste no testemunho de uma vida integralmente cristã (e que nós tantas vezes esquecemos), a acção pessoal e serena, o ensino sob as mais variadas formas, até à organização poderosa da A. C. dos nossos dias.

Mas há na Igreja uma missão de apostolado, a própria missão de N. S. J. C., conferida por Ele à Hierarquia.

Tem-se por vezes perguntado até que ponto os leigos participam desta missão. Ora abordar a questão nestes termos é querer resolver um problema mal posto, porque, uma vez mais, é preciso não opor nem confundir na Igreja Hierarquia e povo fiel.

De toda a Igreja e de todo o povo fiel se pode dizer em verdade que participa do apostolado de N. S. J. C., mas foi à Hierarquia que Ele conferiu a própria missão que recebeu do Pai.

Deve pois dizer-se, não que o povo fiel participa do apostolado hierárquico, mas antes que é vocação de todo o cristão dar-se ao apostolado numa colaboração activa com a Hierarquia.

Tal apostolado sempre existiu na Igreja, e seríamos profundamente injustos sub-estimando o seu valor ou tendo-o como uma diversão ou um modo de ocupar os leigos. Desde os tempos apostólicos em que os fiéis fundam e mantêm comunidades cristãs até aos nossos dias nos países em que a Igreja é perseguida, tem sido o apostolado dos leigos muitas vezes o instrumento de que Deus se serve para que a Fé se propague ou mantenha. Como não recordar, a este respeito, a comunidade cristã do Japão, subsistindo por mais de dois séculos, apesar da terrível perseguição e da absoluta impossibilidade de comunicar com a Hierarquia?

A A. C. do nosso tempo, em tão feliz hora criada pelo Santo Padre Pio XI, não é mais do que a organização e estruturação deste apostolado dos leigos para responder às necessidades da vida moderna.

Sobre ela muito haveria que dizer, mas deixá-lo-emos para um artigo mais especializado. Definida que ficou porém a sua natureza como estruturação do apostolado dos leigos que sempre existiu na Igreja, limitamo-nos a chamar a atenção para a importância da Acção Católica, e para a atenção que de todos deve merecer. O mundo moderno é um mundo organizado e as suas estruturas não são imediatamente acessíveis à voz da Hierarquia. Como nos tempos da Roma imperial, terão de ser os leigos a levar Cristo à casa de César, sem que isso enfraqueça, antes ponha em relevo, a sua doação à Igreja. E é este laicado consciente do seu lugar e da sua missão na Igreja, dócil ao Espírito e fiel à Hierarquia, numa palavra, um laicado verdadeiramente eclesial, que nos empenhamos em formar.

JOÃO RODRIGUES

O OFERTÓRIO DA MISSA

A renovação litúrgica a que, graças ao Senhor vamos assistindo, em todo o mundo, por misericordiosa inspiração do Espírito de Deus, tem procurado, acima de tudo, reconduzir a atenção de todos os cristãos para a fonte de toda a verdadeira vida cristã — o santo sacrifício da Eucaristia.

Viver a vida litúrgica outra coisa não é, senão viver a Vida de Cristo, na Igreja. Vida litúrgica é, pois, fundamentalmente vida da graça de Deus, vivida segundo a ordenação prevista e querida pela Santa Igreja. Ora, esta divina graça jorra, como de sua fonte natural, do sacrifício do Calvário, que a celebração eucarística renova.

O regresso à vida litúrgica e, em particular, a participação na Eucaristia, não se tem feito sem penoso trabalho. Teve de se começar pelo estudo da teologia do sacrifício eucarístico, por definir a coisa, para depois lhe compreender a sua celebração. Assim, pela renovação teológica se passou à renovação litúrgica.

Foi necessário depois fazer compreender que a liturgia não é apenas um valor objectivo, mas que, vida como é, de Cristo e de todo o seu Corpo Místico, é igualmente a vida de cada cristão, que nela é chamado a tomar parte, como em coisa *sua* muito própria.

Daqui, nasceu todo o apostolado que procura levar os fiéis à participação viva e activa no Santo Sacrifício da Missa. E nada mais justo e necessário. Mas a distância a que se tem andado da liturgia, não permite fazer o regresso às fontes senão por caminhos tortuosos, mal trilhados. Donde, certas conclusões sacadas à pressa, porque mal fundadas, e muito esforço por levar a uma participação viva e activa, que não resulta profícuo, porque não se articula dentro da linha simples e profunda da celebração eucarística.

*
* *

Entre outros, dois erros que é preciso evitar.

O primeiro seria procurar na *celebração* da Eucaristia uma espécie de exposição teológica sobre o sacrifício eucarístico.

O sacrifício é uma *acção*. A teologia do sacrifício *especulação* sobre o sacrifício. Primeiro, existiu a *acção*, o sacrifício que o Senhor «entregou a seus discípulos para que eles o celebrassem»; só depois se raciocinou sobre o facto, para o estudar e, tanto quanto em nós cabe, o entender. Foi a perda de consciência de que o sacrifício eucarístico é o sacrifício da Igreja, foi o não ter cada um tomado nele a parte que deve tomar, que nos fez esquecer e desentender como aquela *acção* é o nosso sacrifício. Foi então que a teologia teve de estudar o rito desentendido, como que escavando em escombros soterrados, e procurou reconstituir, dizendo-nos de novo: «*Fazei* isto em memória do Senhor, até que ele volte. *Tomai* e comei; *tomai* e bebei, porque é o Seu e o vosso sacrifício. Aqui se reencontra o paraíso perdido, onde se cruzam em novo

abraço de Paz, Deus e o homem, e onde se descobre a fonte da graça, a água que jorra para a vida eterna».

A missa é sacrifício, é acção sacrifical, não é exposição sistemática sobre o sacrifício. É acção semelhante ao drama, duma ordem totalmente nova e eminente. Por isso, nela os ritos sucedem-se numa lógica vital, como em toda a vida, como no drama, e não como em científica exposição escolar.

Outro erro, seria chamar *participação viva e activa* no Santo sacrifício, ou a uma atitude exclusivamente espiritual, interior, desarticulada do que é essencial a toda e qualquer *celebração,* a saber, aquele conjunto dramático por que a acção se determina, a pretexto de que a união ao sacrifício do Senhor se deve fazer *«em espírito e verdade»;* ou a um conjunto de diálogos, cânticos, gestos e atitudes, sejam elas os previstos nas rúbricas ou por elas supostas ou nela inspiradas, desintegradas daquela outra participação «em espírito e verdade», a pretexto de ser participação *viva* e *activa.*

Qualquer das atitudes seria detestável. A primeira, *exclusiva* atitude espiritual, não seria suficiente para haver celebração; não pertence mesmo à ordem sacramental, que é a da liturgia, esse mundo das realidades divinas, portanto, espirituais, mas trazido ao plano humano, em linguagem humana, sensível e palpável. Não seria participação *viva e activa.* A segunda, não é sequer *participação;* será *acção,* mas não acção no sentido da liturgia, pois lhe falta a alma, o espírito vivificador.

A liturgia não é exterioridade, corpo sem espírito; é exteriorização, espírito que se revela em corpo.

Resumindo, em conclusão: a missa é a presença, em acção sacramental, do sacrifício do Senhor. Esta a realidade transcendente que nos vem do próprio Cristo; mas esta presença, porque da ordem sacramental, realiza-se numa acção que se desenvolve à maneira de drama, em progressão de vida, de sorte a procurar à comunidade, para que foi instituída, a mais profunda e melhor participação (1).

* * *

Tudo o que fica exposto serve, neste momento, para se poder localizar e entender melhor aquela parte da missa chamada o OFERTÓRIO e a que são consagradas as considerações que seguem.

Para melhor assinalarmos o lugar que ao ofertório compete no belíssimo conjunto que é a missa e o integrarmos na grande síntese, desçamos um pouco à análise.

---

(1) Não se tem em vista insistir, neste momento, em que o sacrifício de Nosso Senhor Jesus Cristo, se torna presente, essencialmente e exclusivamente, pela consagração separada do pão e do vinho; mas ùnicamente marcar que a liturgia do sacrifício é toda em ordem à participação da comunidade cristã actual. E foi por isso que o rito essencial do sacrifício, a consagração, foi enquadrado no conjunto, que é a Missa, e que não tem outra razão de ser senão justamente levar essa comunidade a nele participar em *celebração comunitária.*

A CELEBRAÇÃO «MISSA»

As duas grandes divisões da missa, a *ante-missa,* celebração da Palavra, vulgarmente dita *missa dos catecúmenos* e a *celebração eucarística,* chamada *missa dos fiéis,* são, não só duas partes de origem diversa, mas até de finalidade distinta. Se bem que as devemos considerar, numa pastoral de participação na missa, como articuladas uma na outra, em linha de continuidade, enquanto a primeira prepara a segunda, o certo é que elas vêm a seguir uma à outra, mais por *justaposição,* do que por conexão essencial.

No entanto, repetimos, em boa pastoral, essas duas partes, assim observadas, em análise, devem articular-se em perfeita síntese de celebração, de sorte a fazer seguir ao *banquete da Palavra* o *banquete do Sacrifício.*

E neste último que tem lugar o ofertório. *Ofertório,* é, em rigor, sinónimo de *sacrifício.* Este define-se como *oblação, oferta,* feito a Deus de algo de nosso. O sacrifício eucarístico é a oblação, que Jesus Cristo, que é um dos nossos, fez de si próprio ao Pai, no Calvário, renovada no meio de nós, de modo simbólico, em actualização permanente do único sacrifício redentor, para que a Igreja se lhe possa unir actual e conscientemente, fazendo-o seu também. Donde, que o ofertório autêntico do sacrifício eucarístico está na própria consagração, que torna presente todo o sacrifício do Senhor, que não só o Seu Corpo e Sangue, mas o próprio *acto oblatório ou ofertorial* de Jesus no Calvário.

Este ofertório ou oferecimento realizado na consagração torna-se explícito de modo admirável na *Anamnese* ou oração da *lembrança,* que segue imediatamente a transubstanciação: «*Unde et memores...* Lembrando-nos, nós e o Vosso povo santo, da benaventurada Paixão, da Ressurreição de entre os mortos e da gloriosa Ascensão aos céus do mesmo Vosso Filho Nosso Senhor Jesus Cristo, nós OFERECEMOS à Vossa preclara Majestade, a Vítima imaculada...»

Aqui está explicitada em fórmula ofertorial todo o *oferecimento,* toda a *oblação,* todo o autêntico *ofertório* do sacrifício. Entrou, porém, em uso dar-se o nome de *ofertório* à parte que abre a «missa dos fiéis»; concretamente, à parte que vai do «Dominus vobiscum» após o Evangelho (ou Credo) até ao Prefácio.

Trata-se aqui, é evidente, dum rito secundário, preparatório, de cuja complexidade a história nos explica a origem, ao mesmo tempo que nos ajuda a compreender-lhe a intenção, e a que não assenta mal o tradicional nome de *ofertório,* desde que se lhe penetre bem o sentido.

Analisemo-lo, pois, por partes.

O que é, em última análise, a Eucaristia? A repetição da ceia do Senhor. Por mais complexos que pareçam os ritos da celebração pròpriamente eucarística — a chamada «missa dos fiéis» — tudo se resolve em repetir a *acção* que Jesus fez na última Ceia, e que vem assim narrada no Evangelho: «Enquanto comiam, tomou Jesus um pão e, depois de pronunciar a bênção, partiu-o e deu-o aos discípulos, dizendo: Tomai e comei: Isto é o meu Corpo. Depois, tomou a taça, deu graças e entregou-lha, dizendo: Bebei dela todos, pois isto é o meu Sangue de Aliança, que se vai derramar por uma multidão, para remissão dos pecados» (²).

(²) Mat. 26, 26-28.

É evidente que a Liturgia de que Jesus se serviu na última Ceia esteve reduzida ao essencial: *tomar* o pão e o vinho, *pronunciar* a acção de graças, *distribuir* em comunhão a todos esse pão e esse vinho, pois eles eram o Seu Corpo e o Seu Sangue.

Aliás, no quadro da Ceia pascal, em que a Eucaristia foi instituída — «enquanto comiam» — o novo rito encontrou-se suficientemente preparado e enquadrado, e não foi tão desprovido de quadro litúrgico, como à primeira vista se poderia julgar.

A Igreja, porém, ao tomar consciência do mandato do Senhor — «fazei isto em memória de mim» (3) — logo criou, ao rito essencial da celebração eucarística, um enquadramento solene onde não só se repetisse o gesto de Jesus, mas se manifestasse, com clareza e grandeza, aos olhos de todos, o profundo significado desse gesto (4). Nada mais natural e consentâneo com a natureza do homem e de toda a liturgia, que é de ordem sacramental, simbólica, ainda por exigência da natureza humana.

Sobre o pão e o vinho, presentes no altar, o pontífice pronuncia a *acção de graças,* ou, (seguindo a língua grega, usada no Evangelho e em voga nos primeiros tempos da liturgia mesmo romana), a *Eucaristia,* tal como fizera Jesus na Ceia: «*benedixit,* bendisse, (= pronunciou palavras de bênção, de louvor, e não «abençoou»), deu graças (em grego, «eucharistia»).

Esta forma de «bênção», que o mesmo é dizer, de *consagração,* tanto no sentido genérico, de separar do profano e dedicar a Deus, como no sentido estrito, técnico em teologia, de transubstanciar, esta forma de «bênção» é hoje representada pela grande prece do CANON com o seu prólogo, o PREFÁCIO. É certo que as *palavras essenciais* da consagração, são as bem conhecidas: «Isto é o meu corpo»; «Isto é o cálix do meu Sangue, etc...»; mas é igualmente certo que a *fórmula consacratória* é todo o conjunto *Prefácio-Canon,* ao menos na sua forma primitiva, hoje, infelizmente, a cada passo interrompido por orações estranhas à acção eucarística.

O celebrante pronuncia esta longa fórmula de consagração (parte cantada ou recitada em voz alta — o prefácio, parte em voz submissa — o Canon), *sobre pão e vinho ali presentes sobre o altar.*

PRESENTES no altar, notemos. A *apresentação* no altar do pão e do vinho, da matéria do sacrifício, está na génese de todo o conjunto a que hoje se dá o nome de *Ofertório.*

*
* *

Longe de pretendermos estudo exaustivo, apenas desejamos *esclarecer o sentido* desta parte da missa e apresentar algumas sugestões em ordem à sua *melhor realiza-*

---

(3) I Cor. 11,25.

(4) Este proceder da Igreja, aliás comum a todas as celebrações da liturgia, é afirmação peremptória de que, para ela, a liturgia é simultâneamente *acção ascendente* — de glorificação de Deus — *e acção descendente* — de edificação dos homens —, e, por isso, *ao mesmo tempo* que é eficaz nos seus efeitos estritamente sacramentais «ex opere operato» e que na sua celebração está sempre implicada a acção de toda a Igreja, porque unida a Cristo, na unidade do Seu Corpo místico, *ao mesmo tempo também* ela supõe a participação *actual e consciente* dos homens, pois seria injustificada, na sua estrutura, *a maneira* de a celebrar, se não supusesse essa participação. Desta sorte, a liturgia é, por si mesma, eminentemente pastoral.

ção, pois, se é certo que o ofertório nunca será assás valorizado, no entanto, certo é também, que, nos últimos tempos, talvez por reacção contra longo esquecimento, nem sempre tem sido tomado nas suas justas e exactas proporções.

O RITO DO OFERTÓRIO

GÉNESE DO RITO OFERTORIAL — A narração da ceia, acima referida, dá-nos o termo embrionário do ofertório: «Jesus *tomou* o pão» (5). A origem do ofertório está precisamente em *tomar* o pão e o vinho e prepará-los em ordem à consagração.

Desde a Ceia que a matéria do sacrifício foi assim *tomada,* escolhida, apartada do comum, tornada presente, preparada, numa palavra, em ordem ao sacrifício. Este simples gesto, porém, nascido da necessidade, não se revestiu, logo de início, de qualquer sentido cultual; não foi um *rito.*

São Justino «que nos dá o primeiro quadro completo da celebração eucarística, escreve cerca do ano 150: «Traz-se pão, água e vinho». «Não há cerimónias especiais, que acompanhem esta acção, nem se lhe atribue nenhum sentido simbólico. Isto se compreende, se tivermos em conta o interesse dos primeiros cristãos em apartar-se completamente dos costumes sacrificiais pagãos e judeus. Pela mesma razão acentuam o carácter espiritual do culto cristão. Se se fixam no pão e no vinho é como *matéria* do sacrifício. A sua atenção é inteiramente absorvida pelo dom puro, espiritual, celeste, que surgirá da sua *eucaristia,* pela acção de graças que se eleva do coração de todos, como culto legítimo, em espírito e verdade» (6).

Já S. Ireneu (+202?), «ao explicar a Eucaristia, põe em relevo que nela oferecemos [a Deus] as primícias da criação. O Senhor tomou [o pão proveniente da nossa criação], e [o cálix tomado desta nossa criação], pronunciou sobre eles a fórmula e assim ensinou a seus discípulos a oblação da Nova Aliança. Contudo S. Ireneu insiste igualmente em que o que importa para Deus é o sentimento interior de entrega de nosso coração e que só a Eucaristia do Corpo e do Sangue de Cristo representa o sacrifício sem mancha de que fala Malaquias, pois só em Cristo toda a criação se sintetiza e se oferece a Deus». (7).

Por reacção contra a doutrina dos gnósticos, que desprezavam a criação material, como indigna de Deus, o próprio S. Ireneu se vê obrigado a defender o valor dessa mesma criação. Assim, a Eucaristia, sacrifício espiritual, mas partindo de dons materiais, oferecia a melhor ocasião para afirmar o ponto de vista católico. Por outro lado, como os sentimentos interiores de que *se apresenta* ao altar para oferecer o *sacrifício espiritual (quam oblationem... rationabilem = espiritual)* podiam muito bem *ser significados pela entrega* da matéria desse mesmo sacrifício, nada mais natural do que revestir o acto material de trazer esses dons, com palavras e cerimónias que lhe dessem sentido de acto de culto. Desta sorte apareceu o OFERTÓRIO, como *rito.*

Tertuliano (+ depois de 220) refere-se à *oblação* tanto da parte dos fiéis em geral, como dos neófitos em particular.

---

(5) Mat. 26, 26.
(6) JUNGMANN, *Missarum solemnia,* trad. espanhola, pág. 629-30.
(7) Id., ibidem, pág. 53.

Mas S. Hipólito (+235) na sua *Traditio Apostolica* parece desconhecer o rito ofertorial.

S. Cipriano (+258) volta a ser explícito acerca do ofertório pela parte dos fiéis, quando repreende a mulher rica: «Julgas celebrar o sacrifício do Senhor, tu que vens a ele sem oferta (S. Cipriano escreve «*sine sacrificio*»), e que recebes do sacrifício que o pobre ofereceu» (8).

OS GESTOS OFERTORIAIS — Desde que os fiéis foram chamados a interferir pessoalmente na acção sacrificial, aprensentando a matéria do sacrifício, logo essa apresentação se fez com aquela dignidade conveniente a uma celebração litúrgica e, neste caso, à celebração da ceia do Senhor. Os fiéis vinham ao altar, *em cortejo solene,* trazer os seus dons, tal como depois da oblação eucarística, haviam de vir novamente receber da vítima imolada.

A procissão do ofertório, para a entrega das ofertas, está testemunhada já no princípio do século IV, pelos sínodos da Elvira e de Niceia. Nesta procissão levavam-se não só a matéria do sacrifício, pão e vinho, mas outros dons materiais, que a título de beneficiência, iriam contribuir para as necessidades da Igreja, como sustentação dos clérigos, auxílio aos pobres, etc., facto este favorecido pelo costume de se chamarem *oferendas* às esmolas dadas a favor dos necessitados (cf. Filip. 4, 18). E não há dúvida que o momento era particularmente apto para significar o sentido da caridade sobrenatural que deve inspirar ao mesmo tempo o culto de Deus e o serviço do próximo.

O ofertório pela parte dos fiéis deve ter-se mantido até por volta do século XI. O afrouxamento da vida litúrgica e certamente, em particular, o abandono da comunhão sacramental no sacrifício, levou ao seu abandono também. Subsistiu, como regra, apenas em certas circunstâncias especiais, como nas missas de canonização, de ordenação, etc., e mesmo nestes casos ficou reservado a certa categoria de pessoas.

Na actual liturgia, a apresentação da matéria do sacrifício está confiada, na missa solene, ao subdiácono, que transporta, da credência para o altar, envoltos no véu de ombros, o cálix e a patena com o pão do celebrante, e aos acólitos, que apresentam o dos fiéis (se acaso (!) é necessário) e as galhetas com o vinho e a água; e nas missas rezadas, simplesmente ao acólito.

Em conclusão, o gesto, que é, de si, do que há de mais eloquente, e mais apto a fazer *viver,* viu-se atrofiado a ponto de o ofertório, como acção, não ser já quase nada do que foi outrora. Em compensação, para dalgum modo interpretar as novas fórmulas, de origem posterior, como passaremos a ver, criaram-se os gestos actuais de elevar a patena com o pão do celebrante e o cálix com o vinho, em atitude de apresentar a Deus os dons a consagrar, atitude aliás bela, mas totalmente pessoal dos ministros do altar em que a assembleia não é chamada a tomar parte.

AS ORAÇÕES OFERTORIAIS — Na antiga liturgia romana o gesto de entrega dos dons não era acompanhado de oração alguma. Tudo se fazia em silêncio, pois o gesto era de si bem eloquente. Sòmente a partir da época de S. Agostinho, é que a *Schola* acompanhava a procissão com o canto dum salmo, costume este introduzido, primeiro, no norte de África, talvez em Cartago, e só depois na capital do império.

---

(8) Cit. por Jungmann, op. cit. pág. 631.

Uma vez terminada a entrega das ofertas, o celebrante recitava, a princípio em voz alta, mais tarde em voz submissa, a oração do ofertório, — *oratio super oblata* — a secreta, única oração de recomendação a Deus dos dons apresentados em ordem ao sacrifício eucarístico. Esta oração, (dos únicos elementos romanos antigos do ofertório, juntamente com o cortejo e o canto do salmo antifonado), é simultâneamente *oração terminal do ofertório* e *oração de introdução* ao Prefácio e, por ele, a toda a prece consecratória.

Se confrontarmos a oração eucarística da missa com todas as outras orações do mesmo tipo, ditas *Prefácios,* como a da colação das ordens, bênção das fontes baptismais, etc., observamos que 14 vezes sobre 16, esses *Prefácios* são precedidos duma oração introdutória, paralela à oração secreta da missa (9).

Por aqui se vê como a liturgia procede à maneira de um drama, vivo como a vida, articulando umas nas outras as suas diversas partes, hierarquizando-as, sem dúvida, mas sem a preocupação de as distinguir de sorte a separá-las, como os tratados de um compêndio.

Por tudo isto, parece-nos temerário estabelecer categòricamente que o *«Dominus vobiscum» do Prefácio inaugura, em absoluto, uma nova parte da missa.*

Quando a liturgia de Roma se contaminou com a do império franco, o austero ofertório romano viu-se profundamente alterado na maneira de apresentar as ofertas e acrescido de outros ritos, como a *incensação* e a *ablução das mãos.* Então, se fizeram também acompanhar todas as fases de acção litúrgica de fórmulas, a maior parte das vezes de inspiração privada, individual, desarticuladas da grande acção comunitária.

Estas fórmulas, umas eram ditas pelo próprio fiel ao apresentar a sua oferta, outras pelos ministros sagrados.

De todas essas muitíssimas orações, algumas ganharam foros de cidade e instalaram-se definitivamente em nosso missal romano, ainda hoje, também neste ponto, diferente doutros missais, principalmente dos de certas ordens religiosas, os quais ficaram como testemunhas da grande variedade de fórmulas existentes ainda pelo século XII, na liturgia romana, quando essas ordens apareceram.

Sendo quase todas de origem privada, não é de estranhar que se recitem *em voz baixa* e que falem *no singular,* em nome da pessoa que as diz sòmente *em seu nome,* e, só por isso, já é evidente que não são, por si mesmas, a expressão da pública e comunitária assembleia cristã.

Não pertencem, portanto aos fiéis, e será erro fazer delas a fórmula *pública, normal,* de acompanhar o ofertório.

O OFERTÓRIO ACTUAL — Provàvelmente (10), o ofertório de hoje é o que ficou, por estratificação e por complicada simplificação, do que foi nos séculos passados. Esquematizemos o rito ofertorial, tal como o missal romano, hoje no-lo apresenta:

a) *Dominus vobiscum* — saudação inicial.

---

(9) Cfr. CROERGAERT, *Rites et prières du saint sacrifice de la messe,* vol. II.
(10) Cfr. Jungmann, op. cit. pág. 674.

b) *Oremus* — convite à «oração dos fiéis», que outrora foi de regra em todas as celebrações cristãs, e que actualmente se conserva apenas na acção litúrgica de Sexta-feira Santa.

c) *Canto* pela Schola da antífona chamada também *offertorium (antiphona ad offerendum)* e sua leitura pelo celebrante.

d) *Apresentação* da matéria do sacrifício pelos ministros, na missa solene, e pelos acólitos, quer na missa cantada, quer na rezada.

e) *Preparação* dessa matéria, do pão na patena, e do vinho e água, no cálix, feita, na missa solene, pelos ministros e, na missa não solene, pelo próprio celebrante.

f) *Oferecimento* ao Senhor dessa mesma matéria, por meio de certas fórmulas *(suscipe..., Offerimus...)* interpretadas com gestos (elevação da patena e do cálix).

g) *Recomendação* a Deus dos dons oferecidos, por meio de certas orações (*In spiritu humilitatis..., Veni, Santificator..., Suscipe, Sancta Trinitas...)*, dos quais a principal é a *Secreta.*

h) *Incensação,* na missa solene, das oblatas, da cruz, do altar, dos ministros sagrados e dos fiéis.

i) *Abluçáo* das mãos, que na origem deve ter nascido da necessidade, dado que o ofertório era de muitas e variadas ofertas.

Em resumo ([11]):

a) apresentação.
b) preparação.
c) oferecimento
d) recomendação (ou, em sentido lato, mas verdadeiro, *consagração* a Deus).

ASSEMBLEIA DOS FIÉIS E O OFERTÓRIO

Que papel é chamado a desempenhar a assembleia dos fiéis no ofertório? Por exigência das rubricas, nenhum. A *apresentação* está a cargo do subdiácono e dos acólitos; a *preparação* compete ao ministro do altar; e de igual modo o *oferecimento* e a *recomendação.*

E até o cântico que outrora acompanhava o cortejo das oferendas ([12]) e que normalmente deve acompanhar ainda hoje os ritos ofertoriais, é recitado, ràpidamente, pelo celebrante, que assim absorveu quase toda a participação na acção sagrada do sacrifício, ou na missa solene, cantado sòmente pela Schola.

A assembleia dos fiéis entretanto *assiste.* Mas, *como* assiste? Ou antes, como *deve* assistir? Com que *intenção* interior e com que *acção* exterior deve ou pode assistir, queremos dizer, pode ou deve participar?

([11]) Seguimos agora de perto Dom B. Capelle, O. S. B., em «Pour une meilleure intelligence de la messe», pág. 37.

([12]) É grande pena que o termo esteja a debotar da sua primitiva e belíssima cor, que lembra logo a procissão do ofertório, à hora do sacrifício, para significar ostensivo cortejo de caridade, que para o ser exactamente, não deveria esquecer o preceito evangélico: «Quando deres esmola, não toques a corneta à tua frente...; ao dares esmola, não saiba a tua esquerda o que faz a tua mão direita (Mat. 6, 2 e 3).

É a estas interrogações que tentaremos dar alguma resposta. Se se compreendeu o espírito da coisa, fácil será agora encontrar-lhe justa resposta.

COMO SE COSTUMA ASSISTIR — A crítica é fácil; mais fácil do que construir. E compreende-se porquê. A crítica é análise do que já existe; construir é, dalgum modo, criar, o que não é, em absoluto, de atribuição humana. Há, no entanto, uma crítica que é construtiva, aquela que vê os erros, para compreender como se não deve proceder.

A propósito do ofertório da missa, têm-se dito e feito, em nosso tempo, muitas coisas, umas muito boas, outras menos más, outras muito más.

O que herdámos dos últimos séculos foi, no que respeita ao ofertório, um longo *tempo de pausa,* em que os fiéis nada têm que fazer, senão esperar. E realmente, a estrutura litúrgica do rito ofertorial, tal como os últimos séculos no-lo entregaram, não dá *necessàriamente* aos fiéis nada que *fazer.* Não deve, com isso, supor-se que seja um tempo morto. É momento vivo, mas de vida sòmente *interior,* de união em espirito ao que se faz no altar. No entanto, reparemos bem, este estado de coisas não é uma instituição litúrgica; não se inventou o ofertório assim. É este um estado a que se chegou por ausência de participação. Na missa solene, ainda a *Schola* faz ouvir, (quando faz!) a antífona *ad offerendum,* a que não é difícil dar sentido actual, pois coincide justamente com o ofertório no altar; mas não foi para isso que ela foi criada; foi para a procissão das oferendas.

Na maior parte dos casos, porém, o longo intervalo, que é o tempo do ofertório, tornou-se compasso de espera para a comunidade cristã. Ela não foi chamada a intervir, nesta preparação próxima do sacrifício.

Foi então que, para preencher a *lacuna,* os polifonistas dos séculos XVI e compositores seguintes até aos nossos dias, dilataram as composições de seus «ofertórios», aproveitando estes momentos livres para pequeno concerto «espiritual», como hoje se vai dizendo, quer a vozes, quer nos instrumentos. A tradição pegou de tal sorte que não há missa solene sem o seu moteto de ofertório, o que se entende, mas *tão mal casado, por vezes, com o momento ou com a solenidade,* que não se entende de maneira nenhuma como é que aquilo ali veio parar. E o choque é ainda maior, quando, imediatamente a seguir a este momento musical, se tem de penetrar no ambiente profundo da oração consecratória.

PARA UMA MELHOR PARTICIPAÇÃO — Nos últimos tempos, por benéfica influência do movimento de renovação litúrgica, o ofertório foi, na missa, das partes mais *activadas.* Aquele tempo de pausa foi julgado, e em boa razão, dos melhores para fomentar uma participação activa e consciente da parte da assembleia dos fiéis. E em boa razão, dizemos, por um lado, em virtude, justamente, de ser momento mais disponível; por outro, e principalmente, por ser o momento, por excelência, da imediata preparação para o sacrifício. Pena foi sòmente que essa participação nem sempre tenha sido orientada dentro de melhor doutrina. A questão é precisamente de «doutrina». As rúbricas não atribuem aos fiéis, é certo, nada de particular para o momento do ofertório. Mas as rubricas não foram feitas para dirigir a participação dos fiéis. Do seu silêncio nada se conclue. A orientação tem de nos vir da própria natureza do ofertório na missa, da doutrina da participação dos fiéis no sacrifício eucarístico, admi-

ràvelmente exposta por SS. Pio XII, na encíclica *Mediator Dei,* da maneira como a história nos diz que em séculos de maior vida litúrgica, (diríamos, à maneira do nosso tempo, de maior vida religiosa), os fiéis participavam na celebração eucarística, a saber:

I. *Pela compreensão do que é na Missa o ofertório*

Diz-se vulgarmente: «Vão ser levados ao altar o pão e o vinho, como símbolo de todos nós». Mas cuidado! O pão e o vinho aparecem na missa, não *para* significar a participação dos fiéis, mas *por exigência* da instituição divina, pois assim quis o Senhor que a Eucarstia fosse celebrada com pão e com vinho. Não são, portanto, uma espécie de instituição de ordem simbólica, para representar os fiéis, um pouco como a matéria dos sacrifícios antigos. São apenas condição essencial querida por Cristo, para a renovação do seu sacrifício. Esta a sua razão de ser fundamental, pois o que vai ser na missa oferecido em sacrifício não é pão e vinho, (como no sacrifício de Melquisédech) mas o próprio Filho de Deus, Nosso Senhor Jesus Cristo, com toda a Igreja a Si unida.

Se os fiéis, ao entregarem pessoalmente as suas ofertas ao sacerdote ou ao vê-las entregar pelo acólito tomam essa entrega como representativa de sua própria oferta interior, é porque é bem natural verem concretizados, naquilo que lhes sai das mãos, principalmente porque são coisas que eles próprios ajudaram a criar e que dalgum modo subtrairam ao seu próprio sustento, os sentimentos que têm no coração, no momento de se aproximarem do santo altar.

É esta oferta dos fiéis, feita no momento do ofertório, que o sacerdote há-de transubstanciar na consagração, para assim renovar a grande oblação de Cristo total, principalmente por aqueles membros que, ali presentes, tornaram possível essa renovação, oferecendo, para tanto, a matéria necessária.

Quando o Sacrifício de Cristo se renova sobre a ara santa, os fiéis que o circundam sentem que é também sua aquela oblação, — aquele sacrifício que a consagração vai renovar — até porque, no ofertório, eles afirmaram que ali *estavam presentes,* para tomarem nele parte, e esta afirmação, embora interior, traduzida exteriormente pela apresentação das suas ofertas, perdura, intensa, viva, vibrante, na oração (Prefácio-Canon) que as consagra, de sorte que tudo o que foi seu antes dela, depois se ache transformado em Cristo.

Ainda que o tempo do ofertório seja vazio de gestos, de fórmulas ou de cânticos, não se há-de tomar esse tempo, como tempo morto. É preciso saber encher de vida e de voz o silêncio. É no silêncio que melhor nos encontramos com Deus. O silêncio do ofertório deve ser dos mais bem aproveitados; deve servir para se tomar consciência do que se vai fazer. O nosso ofertório ainda que silencioso, torna-se, deste modo, a *afirmação de presença* ao sacrifício que vai seguir-se, a maior tomada de consciência de que ali estamos para participar no sacrifício eterno de Cristo, que agora se vai tornar presente, em nosso favor.

Desta sorte, «o horizonte do ofertório não é menos vasto que o de toda a missa». «Ele é toda a oblação, mas sòmente na sua preparação: *tuo nomini praeparatum*».

(Miss. rom.). «Preparação perfeita, interior e exterior. Ao sacerdote, confia-se a matéria com a missão de ele a oferecer. A Deus, já se fez, no coração, a oferta, aquiescendo *de antemão* a toda a misteriosa e infinita realidade» (13). O ofertório não é, portanto, acto *parcial,* mas *total.* Ao contrário, não é acto *absoluto,* mas *relativo* (14).

Todas estas consequências ascéticas são válidas *no presente estado* da liturgia da missa, mas tornam-se, sem dúvida, mais sentidas quando os fiéis forem chamados a tomar parte *activa* no ofertório.

Contudo, que nada dos valores descobertos *nesta parte* da santa missa, faça esquecer aos fiéis a «infinita e misteriosa realidade» da consagração, que o ofertório sòmente prepara.

No tempo em que a apresentação da matéria não constituia rito especial, todos os sentimentos oblatórios da comunidade se condensavam, é evidente, na simples *prece consecratória.* A introdução do actual rito ofertorial não veio substituir, nem desdobrar a atenção que nos há-de merecer a consagração, mas sòmente prepará-la, não podendo portanto, os fiéis acharem-se dispensados de a ela assistirem com todos os seus sentimentos oblatórios, sacrificiais, os únicos dignos do sacrifício.

Dado, porém, que nos é oferecido o rito tão desenvolvido do ofertório, e sobretudo depois que o Canon foi reduzido ao silêncio e, por assim dizer, submergido, nas missas solenes e solenizadas, debaixo do canto do *Sanctus,* (não foi assim no princípio!), além de se ver entrecortado, a cada instante, por fórmulas tardias e alheias ao pensamento da oração eucarística, como são os Dípticos, etc., o tempo de pausa do ofertório pode e deve ser interpretado e vivido, como o momento talvez mais apto, pelo menos o mais tranquilo, para que a assembleia dos fiéis melhor possa tomar consciência do seu lugar na participação do santo sacrifício.

II. *Pela compreensão da parte que toca a cada fiel no sacrifício de Cristo*

Fica esclarecido que o ofertório não constitue uma espécie de sacrifício secundário, preparatório, precedendo o Sacrifício, nem mesmo o princípio do Sacrifício Eucarístico. O rito ofertorial consiste, fundamentalmente, em *apresentar,* no altar, o pão, o vinho e água, para que sobre eles o sacerdote possa pronunciar a *eucaristia,* a oração de acção de graças, que por esses dons, uma vez consagrados, renovará o sacrifício do Senhor.

Assim se compreende que o ofertório tenha sido, no princípio, sòmente esta deposição no altar da matéria do sacrifício e que toda a atenção se tenha concentrado nessa oração consecratória que realiza o sacrifício.

A *Traditio Apostolica* de S. Hipólito diz assim: «os diáconos apresentam a oblação e ele (o Bispo), impondo as mãos sobre ela, com todo o colégio dos presbíteros, diz esta acção de graças...»; e segue a oração consecratória.

---

(13) D. B. Capelle, op. cit. pág. 47.
(14) Idem, ibidem, pág. 48.

Mas se desde boa hora, como ficou exposto, esta apresentação da matéria do sacrifício constituiu um rito, um gesto sagrado, é que a cristandade (15) desses tempos passados *vivia muito conscientemente* a doutrina da sua participação no Sacrifício do Senhor, há poucos anos de novo recordada por S. S. Pio XII, na encíclica *Mediator Dei,* de «que todos os fiéis considerem seu principal dever e suma honra o participar no Sacrifício Eucarístico, não com assistência passiva, negligente e distraída, mas tão fervorosa e activamente que a união com o Sumo Sacerdote não possa ser mais íntima conforme a palavra do Apóstolo: «Tende em vós mesmos os sentimentos de Jesus Cristo (Fil. 2,5); com Ele e por Ele ofereçam o Sacrifício e juntamente com Ele se ofereçam a si próprios» (16).

A *doutrina,* a respeito da participação dos fiéis no Santo Sacrifício, segundo a *Mediator Dei,* pode assim resumir-se:

1. O POVO FIEL OFERECE A SEU MODO, A DIVINA VÍTIMA — O Santo Padre expõe com toda a clareza e prova com as devidas razões este ponto fundamental. E, conquanto não use estes próprios termos, explica a doutrina, seguindo a distinção, entre sacerdote e oferente, que muito pode ajudar a tornar mais inteligível a verdadeira atitude dos fiéis. Afirma:

a) Só o sacerdote *transubstancia,* só ele tem o sacerdócio ministerial: «A imolação incruenta por meio da qual, depois de pronunciadas as palavras da consagração, Cristo se torna presente sobre o altar no estado de vítima, é levada a cabo sòmente pelo Sacerdote, enquanto representante da pessoa de Cristo e não enquanto representante da pessoa dos fiéis» (17).

b) mas os fiéis são também OFERENTES da Divina Vítima, pois «nesta oblação pròpriamente dita participam os fiéis, a seu modo», enquanto «oferecem o Sacrifício, não só pelas mãos do sacerdote, mas também juntamente com Ele» (18).

2. O POVO FIEL OFERECE-SE A SI MESMO, pois, «para que a oblação com que, neste Sacrifício, os fiéis oferecem ao Pai celeste a vítima divina tenha o seu pleno efeito, outra coisa se requere ainda: é necessário que eles *se imolem a si mesmos como vítimas.* Esta imolação não se limita ao sacrifício litúrgico sòmente. Quer, com efeito, o Príncipe dos Apóstolos que, pelo facto de estarmos edificados como pedras vivas sobre Cristo, possamos, como sacerdócio santo, oferecer vítimas espirituais, agradáveis a Deus, por Jesus Cristo (I Pedro, 2,5). Mas é sobretudo quando os fiéis participam nos actos litúrgicos, com tanta piedade e atenção que deles se possa com verdade dizer: «a sua Fé te é conhecida, Senhor, e notória a sua devoção» (Canon da Missa), é sobretudo então que forçosamente a fé de cada qual há-de agir com mais

---

(15) Não se deve perder de vista que durante largo tempo e até ao Concílio de Trento, os ritos litúrgicos não eram impostos à Igreja inteira por uma comissão universal, como hoje, por exemplo sucede pela S. Congregação dos Ritos, mas que a vida litúrgica encontrava as suas expressões, em cada tempo e em cada lugar, com muita espontaneidade, sempre sob a atenta vigilância e normalmente sob a inspiração dos respectivos Bispos. Por outras palavras, a liturgia estava sujeita aos Bispos e não exclusivamente, como hoje, a Roma.

(16) *Mediator Dei,* ed. da A. C. P. n.º 80.

(17) Ib. n.º 88.

(18) Ib.

entusiasmo, por meio da caridade, a piedade se há-de revigorar e inflamar e hão-de todos consagrar-se a procurar a glória de Deus, desejando ardentemente tornar-se semelhantes a Jesus Cristo» (19).

São estes os sentimentos com que todo e qualquer cristão deve *tomar parte no* Santo Sacrifício, pois que isso lhe compete por direito e por dever.

III. *Pela sua intervenção no momento do Ofertório*

Como interferem, pois, os fiéis, na ACÇÃO sagrada do sacrifício?

A. ATITUDE INTERIOR — A pergunta está respondida no que toca aos *sentimentos interiores* de seus corações, que são, no fundo, *a alma de toda a autêntica participação.*

De tudo o que fica dito se deduz claramente qual deve ser a sua atitude interior:

a) *tomar consciência* de que, membros do Corpo de Cristo, eles no momento em que se prepara o sacrifício incruento devem entrar nos sentimentos de oferente e de vítima do divino chefe da Igreja;

b) hão-de *preparar-se* para o Sacrifício, e, para que esse momento os não apanhe impreparados e como que de improviso, hão-de reconduzir-se durante os momentos do ofertório, até àquele altar, com tudo o que têm, tão presentes, em espírito de Fé e de Esperança para com o Pai do Céu, e de Amor para com Deus e seus irmãos, como sobre o altar estão presentes o pão e o vinho. Com este espírito, nem o silêncio é morto, nem a música, se for oportuna, é para distrair ou entreter; nem o estar sentado é sinal de indiferença: todo aquele aparente repouso será repouso em Deus, de Quem nos vamos aproximar «em espírito de humildade e coração contrito» (Miss. Rom.), em plena alegria de coração, por nos podermos *dar,* e por nos ser concedido que, por Cristo Senhor Nosso, dialoguemos tão de perto com o Deus três vezes Santo, a Quem ousamos chamar «Pai».

B. ACÇÃO EXTERIOR

a) O OFERTÓRIO «SOLENE»

No entanto, a natureza não muda, e a expressão que tão espontâneamente nasceu das primeiras gerações cristãs, de levar ao altar os seus dons, e de dizer a cantar a alegria da doação, não poderá viver ainda em nossos dias?

Em muitos lugares se vão multiplicando os ofertórios chamados *solenes,* se introduzem cânticos *ofertoriais,* se procura, enfim, traduzir em *acção* a intenção. Nada mais humanos; susceptível, por isso, de ser cristão... se for baptizado! O que nem sempre tem sucedido!

O ofertório «solene» (será feliz a expressão?) além de ser bem *tradicional,* como acima fica exposto, é referido na «*Mediator Dei*» como facto admitido: «Sucede

---

(19) Ib., n.º 92.

às vezes (e antigamente isto se verificava com maior frequência) que os fiéis oferecem ao ministro do altar o pão e o vinho para se tornarem Corpo e Sangue de Cristo» ([20]).

O ofertório «solene» é incontestàvelmente, óptima maneira de só por si ajudar a *fazer sentir* o que seja o Sacrifício: OBLAÇÃO.

1. *O que se pode ou deve oferecer*

aa) Antes de mais, a própria matéria do sacrifício, *pão, vinho e água.* Independentemente do seu oportuno simbolismo, tanto como alimento vital do homem e fruto do seu trabalho, como significativos da unidade eclesial, simbolismo este bastas vezes comentado na tradição cristã, desde as primeiras idades ([21]), o pão e o vinho, são, conforme atrás fica exposto, em primeiro lugar, a matéria necessária da Eucaristia.

bb) Podem igualmente ser oferecidos *outros elementos* que tenham particular relação com o sacrifício, como, cera, incenso, etc.

cc) A *oferta* ([22]) da missa, vulgarmente dita «estipêndio», é sempre dom de ofertório, ainda que não seja entregue neste momento; mas, sem dúvida, que é este o mais próprio para a entregar, pois ela é, realmente, a oferenda que tal cristão apresenta, tomando assim a iniciativa de por si, mandar celebrar o sacrifício do Senhor.

Poderia ser lançada na bandeja do ofertório, num sobrescrito, especialmente preparado.

dd) A oferta, chamada habitualmente «o *peditório,* não é sòmente uma necessidade financeira. É gesto autênticamente litúrgico e, na missa, um dos meios de participação: substitue a procissão do ofertório, que se não pode restaurar na sua antiga forma, senão de vez em quando e de maneira artificial. Na missa, o peditório não se deve suprimir, como se poderá fazer em outros ofícios. Mas deve ser organizado de maneira que manifeste a sua ligação com o ofertório, que esteja terminado no momento em que começa o Prefácio, que se faça de maneira rápida e discreta, sem excluir certa solenidade. De tempos a tempos, lembrar-se-á aos fiéis o verdadeiro sentido do peditório: participação na oferta litúrgica, manifestação de caridade e solidariedade cristã durante o Sacrifício» ([23]).

ee) Outros dons, alheios à celebração, poderiam também ser entregues neste momento, em ocasiões especiais, contanto que não se trate de coisas, cuja presença no tempo e na celebração eucarística seja descabida.

Aqui, é muito necessário um especial sentido das coisas da Liturgia, adquirido no seu frequente contacto e meditação e cautelosa prevenção do bom senso, contra extravagâncias que poderiam transformar a acção sagrada em caprichosa demonstração de piedosas habilidades pessoais!

([20]) Ib., n.º 86.

([21]) Cfr. *Didachê,* 9.

([22]) *Oferta* é o nome consignado na antiga tradição portuguesa, e que parece quadrar muito melhor à sua origem e finalidade do que os outros nomes mais ou menos felizes que habitualmente se lhe atribuem.

([23]) *Directoire pour la Pastoral de la Messe, à l'usage dès diocèses de France,* n.ºs 147-148.

2. *Quem deve oferecer*

aa) Em princípio, a comunidade oferente; poucas vezes, porém, haverá possibilidade ou vantagem em esperar de todos essa atitude.

A oferta do pão não pode ser esperada de todos e cada um, pois que a porção que hoje se requer para a oblação e comunhão é uma quantidade insignificante, impossível sequer de manejar convenientemente por cada um. Além de que, se tornariam pràticamente impossíveis os movimentos da assembleia. Com maior razão ainda, para o vinho, que não é necessário senão em pequeníssima quantidade, ùnicamente para a comunhão do celebrante.

A oferta da «partícula» individual poderia, no entanto, ter justificação em comunidades muito reduzidas, tomados sempre os devidos cuidados higiénicos.

Já será diferente o caso das ocasiões especiais acima referidas (1. ee), em que outras oferendas vêm das mãos de cada um, como, por exemplo, em ocasião de oferta geral a favor dos pobres, etc.

bb) Habitualmente o ofertório terá de ser feito por alguns representantes da comunidade que melhor possam desempenhar-se dessa função.

cc) Mas, em qualquer caso, que todos sintam que o que é feito por alguns em nome de todos, deve interpretar o sentir de todos, pois que tudo o que se passa na celebração é feito em comunidade, em espírito de «ecclesia».

3. *Onde se oferece*

Cada qual deve oferecer no lugar onde *deve* comungar: os clérigos no altar, os leigos, na balaustrada.

Os dons oferecidos que dizem respeito ao santo sacrifício serão conduzidos ao altar; mas os que com ele se não relacionam colocar-se-ão em lugar conveniente, mas não no altar nem junto dele.

4. *Quem recebe os dons*

O celebrante acompanhado de seus ministros e acólitos, os quais se deslocarão à balaustrada para os receber da mão dos fiéis.

b) ATITUDE

Se se fizer o ofertório «solene», enquanto este decorrer toda a gente deve estar *de pé*. É a titude de quem oferece. E os que vêm com ofertas, devem aproximar-se do altar ou da balaustrada em *cortejo*. É que se trata realmente de cortejo, paralelo ao que depois se deve repetir na comunhão. Aqui a boa ordem e dignidade muito concorrem para imprimir ao acto toda a sinceridade de que ele deve estar revestido.

Terminado o ofertório «solene» ou, não o havendo, depois do canto se se cantar ou depois da resposta à saudação do celebrante, a atitude indicada pode ser a *sentada*.

E agora, como se disse, um tempo de pausa, em que toda a participação é interior, de meditação, uma tomada de consciência pessoal no sentido da oblação sacrificial, que se prepara.

c) CANTO

A experiência da Igreja desde os tempos de S. Agostinho continua a ser plenamente válida. O *cortejo do ofertório* deve ser acompanhado por um cântico, tal como o *cortejo da entrada* e *o da comunhão*. Três procissões, três cânticos procissionais de que a antiga liturgia romana nos conserva tão vasto e belo reportório no «*Graduale Romanum*».

E ainda que não se faça ofertório «solene», o tempo do ofertório pode muito bem ser acompanhado por um cântico. Com que sentido? Se consultarmos calmamente a colecção dos «ofertórios» do *Graduale Romanum*, ficamos talvez surpreendidos por a maior parte deles não ser de sentido francamente ofertorial. Só uma meia dúzia se refere com maior ou menor clareza ao sentido de oferta. (Dedicação das igrejas, Epifania, Pentecostes, Corpo de Deus, Defuntos). «A imensa maioria dos textos têm carácter geral ou versam sobre o tema da festa... É que, enquanto se sentia o significado da procissão da entrega das ofertas, não faltava alusão ao sentido dessa mesma procissão. Ao contrário do que sucede com os nossos actuais cânticos da missa, não pretendiam então esses cânticos explicar o que era já suficientemente claro; procuravam sòmente criar-lhe ambiência conveniente» (24). O dizer muito o que se está a fazer é, geralmente, sinal de que se não está a fazer muito o que se apregoa.

No entanto, num momento em que andamos ainda a descobrir o que é a missa, os cânticos ditos «ofertoriais» podem ser úteis e até convenientes. Mas têm igualmente oportunidade os cânticos alusivos à solenidade do dia. Mais importante é, que a pretexto de cantar ao ofertório, se não preencham estes momentos com qualquer espécie de letra ou de música, sem ligação alguma com a gravidade do momento, nem qualquer relação com a celebração religiosa.

O cântico do ofertório foi, de início, antifonado, depois responsorial; em qualquer caso, porém, como regra, tirado do saltério. E é de crer que o saltério venha, de novo, a fornecer os melhores textos para que a assembleia dos cristãos cante a Deus, com as palavras de Deus.

* *
*

Longas vão estas considerações; breves, no entanto, para o que havia a dizer sobre tão grandes momentos, quais são estes em que «sempre que se celebra a oferta comemorativa desta vítima, se realiza a obra da nossa redenção» (25).

P. JOSÉ FERREIRA

---

(24) Jungmann, op. cit. pag. 621-2.
(25) Secreta do 9.º domingo depois do Pentecostes.

panorama

Um pouco por toda a parte vai o movimento litúrgico acentuando cada vez mais dois aspectos que marcam os grandes polos de toda a sua orientação: por um lado, o estudo cada vez mais profundo das verdades dogmáticas, por outro, o sentido de que esse estudo é eminentemente o «estudo do pastor». Deste modo foge ele ao pragmatismo vazio de certos inovadores, sem cair em meras concepções abstractas. Estudam-se as verdades para encontrar o melhor modo de as aplicar.

Apresentamos neste número dois trabalhos que são bem significativos. Em qualquer deles se nota o cuidado de tornar vividos os diversos ritos. Em ambos, porém, se procedeu com estudo e reflexão. Mais que o gosto de inovar, sobressai nìtidamente a vontade de fazer tudo como deve ser.

Cerimonial do Baptismo

A comissão arquidiocesana de liturgia de Cincinnati (U. S. A.), levou a cabo ùltimente, um inquérito sobre a administração do Sacramento do Baptismo. Apresentamos aos nossos leitores os resultados gerais do inquérito e as sugestões da dita comissão, que bem podem ser-nos úteis também, não descurando, no entanto, o facto de que este exame foi feito num país como os Estados Unidos da América do Norte, em que o apostolado é essencialmente catequístico, tendo em vista a conversão dos adultos.

Obtiveram-se 216 respostas aos 246 questionários enviados. Verificou-se que 90 paróquias não tinham baptistérios permanentes, e a 40 faltavam as Sagradas Fontes Baptismais. Em 21 freguesias, o Sacramento é administrado com resultados favoráveis na Vigília Pascal, e em 19 igrejas o baptismo dos adultos é conferido de manhã podendo assim os neófitos participar imediatamente na Santa Missa, como manda o Ritual.

Pelo menos uma vez no ano o Baptismo é o tema da homilia dominical em 140 paróquias, e em 37 elaborou-se um programa de assistência à família, com vista à condigna preparação para a cerimónia. Em quase todas as paróquias (excepto 11), foi usado o vernáculo com muito bom resultado, e em muitos sítios foi distribuído um folheto aos assistentes, com a explicação e tradução da cerimónia.

Em 145 freguesias, as pessoas de família e amigos do neófito são convidados a assistir ao rito baptismal, e em 54, os principais membros da paróquia são-no igualmente, para introduzirem os neo-convertidos na comunidade paroquial.

Em 90 paróquias são usadas vestes especiais, pelo menos ocasionalmente, e em muitos lados se anuncia aos paroquianos o nome dos novos baptizados.

Como resultado do inquérito e em resposta a vários pedidos dos párocos, e tendo bem assente que «os focos litúrgicos duma igreja paroquial são o altar-mor e o baptistério», a comissão recomendou os seguintes objectivos a atingir:

1 — Uma compreensão melhor do Baptismo e consequentemente da vida cristã, através de séries especiais de sermões de Quaresma sobre o Baptismo, e pela publicação e uso de folhetos explicativos realizando-se também encontros e reuniões sobre o assunto.

2 — Uma melhor participação dos assistentes, principalmente familiares e amigos, nas cerimónias que se desenrolam, seguindo traduções e explicações dos ritos, se necessário for, e respondendo directamente às perguntas rituais do oficiante.

3 — Maior assistência ao Baptismo par-

ticularmente no que respeita às pessoas das relações do neófito, por convites especiais da família do convertido.

4 — Mais interesse da parte do lar pelo acontecimento, preparando-se a família para a cerimónia pela confecção e conservação da túnica baptismal e da vela; convém também realizar uma festa em casa para as pessoas de família e amigos.

5 — Melhor comemoração do Sacramento através dum certificado de Baptismo, e a oferta de um diploma, visita às fontes baptismais da igreja no aniversário baptismal e renovação das promessas feitas, e celebração do mesmo aniversário para o que devem ser convidados os Padrinhos.

6 — Maior atenção para a importância e significado dos Padrinhos e do Santo Patrono.

Insiste ainda a comissão no arranjo e embelezamento das fontes baptismais a quando da cerimónia, e recomenda que, se possível, o baptismo dos adultos se faça antes da Missa. De vez em quando o baptismo deve ser administardo em acto público isto é, pela convocação da paróquia para assistir à cerimónia, aproveitando a oportunidade para a renovação das promessas baptismais por parte da assembleia. Também o uso do vernáculo é recomendado, e insiste-se para uma explicação da cerimónia, imediatamente antes do rito. Na Páscoa o baptistério deve estar especialmente decorado. É também recomendado que o nome dos novos filhos de Deus, seja anunciado nos folhetins de informação paroquial e tratando-se de um adulto convertido, os membros das organizações paroquiais devem contactar com ele, fazendo-lhe sentir que faz parte da grande família que é a Paróquia.

(Worship — Abril 1957, vol. XXXI: 5).

João Morais

NOVELLAE OLIVARUM

Revista dos alunos do

SEMINÁRIO PATRIARCAL DE CRISTO-REI

Assinatura anual

25$00

10 números

Novo Ritual da liturgia dos defuntos em Bordéus

Monsenhor Richaud, arcebispo de Bordéus, promulgou, no dia 17 de Janeiro de 1957, o novo ritual elaborado pela comissão diocesana. Transcrevemos do número de Maio de «Paroisse et Liturgie» uma pequena indicação do seu conteúdo.

— As orações do levantamento do cadáver, se não se recitarem na sala mortuária ou à entrada da povoação (consoante o costume) devem ser recitadas à entrada da igreja. Consistem na recitação, em latim, do **De profundis** e da antífona **Si iniquitates.**

— Ao entrar o cadáver na igreja canta-se em latim o **Subvenite,** podendo utilizar-se total ou parcialmente a tradução aprovada no novo Ritual Bilingue (édition name).

— Uma vez que, por ser de tarde, se não se celebra a missa, e o Ritual Romano (Título VII cap. III, n.º 4) prevê que o canto do ofício de Defuntos se possa omitir, seguem-se, neste caso, as normas abaixo enunciadas para instruir e pôr a rezar os fiéis, antes da absolvição ritual. O sacerdote entretanto, não pode conservar a estola nem a capa preta.

— Cânticos e leituras devem ser alternados. Os cânticos podem escolher-se entre os salmos 29, 30 e os do Ofício de Defuntos. Os salmos poderão ser cantados ou salmodiados no todo ou em parte. Foi aprovada a adaptação musical do P. Gélineau. Também poderão ser utilizados os cânticos que vêm na brochura **La mort de chrétin,** editada pelo C. P. L. ou os que foram editados pela **Lenion** e pelo P. Gélineau.

Para leituras tomar-se-ão à escolha as epístolas e Evangelhos das diferentes missas de defuntos. Entretanto, haverá todo o cuidado em não dar a esta cerimónia o aspecto duma missa, para evitar qualquer confusão no espírito dos fiéis o que seria gravemente deplorável.

Prevêem-se ainda as seguintes leituras com as respectivas introduções:

A. — **Os justos, todos os que tiverem sido fiéis a Deus, serão recompensados: as provações desta vida são uma preparação para a glória de Deus.** Sap. 3, 1-9.

B — **S. Paulo afirma solenemente que Cristo ressuscitado nos há-de livrar do pecado e da morte, consequência do pecado:** I Cor. 15, 50-58.

C — **A vida na terra é apenas uma passagem, um tempo de espera: o cristão aspira a uma vida mais bela e mais feliz:** II Cor. 4, 16-18; 5, 1 6-8.

D — **Apesar da dor da separação o cristão conserva a esperança, porque crê na ressurreição dos mortos e sabe que um dia havemos de estar todos reunidos com o Senhor:** I Thess. 4, 13-18.

E — **S. João mostra-nos o mundo futuro como uma magnífica cidade onde Deus habita, e que nunca mais conhecerá o mal nem a morte:** Apoc. 21, 2-5.

— Finalmente algumas leituras evangélicas com suas introduções:

A — **O Senhor não nos diz qual o momento da sua vinda: Estejamos sempre preparados!** Mt. 24, 42-47.

B — **Neste mundo Deus confiou-nos talentos para os pormos a render: façamos com que produzam fruto!** (Mt. 25, 14-23.

C — **Jesus compadecido, restitui o filho à mãe enlutada. Jesus compadece-se sempre de todos os que sofrem, e no final dos tempos há-de ressuscitar-nos a todos.** Luc. 7, 11-17.

D — **Estejamos sempre prontos para acolher o Senhor Jesus:** Luc. 12, 35-40.

E — **Jesus guarda aqueles que lhe estão confiados e há-de ressuscitar os que crêem nEle:** Joan. 6, 37-40.

F — **Antes de ressuscitar Lázaro Jesus pede a Marta que acredite ser Ele a ressurreicão e a vida: o que crê em mim, não morrerá eternamente:** Joan. 11, 21-27.

G — **O alimento que Jesus nos dá é promessa e semente de ressurreição:** Joan. 6, 51-55.

— O ritual bilingue oferece-nos cinco traduções de passagens do Evangelho.

Se vier a propósito fazer alguns comentários a estas leituras, devem ser muito breves e nunca incluir palavras ou alusões referentes ao defunto ou família, o que poderia parecer excessivo ou a despropósito.

Depois dos cânticos e leituras e antes da absolvição, convida-se a assistência a recitar em voz alta o Pai Nosso:

«Meus irmãos, para obtermos o perdão para os pecados do defunto e atraírmos sobre os que choram, as melhores graças de coragem e resignação, digamos todos, em voz alta, a oração que o próprio Jesus nos ensinou:

Pai Nosso...»

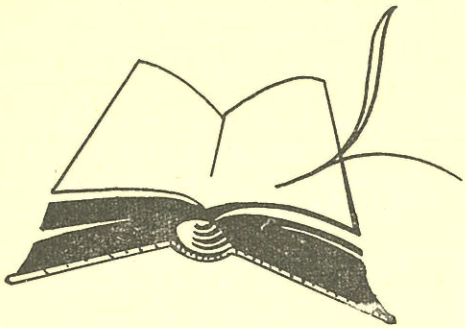
Depois da recitação, o ministro diz:

«Meus irmãos, vamos agora ouvir a oração oficial da Santa Igreja — a absolvição. O aspergir do defunto vai lembrar-nos que este corpo foi lavado pela água do Baptismo que fez deste homem que morreu, um cristão. As incensações vão ser as últimas honras que na terra se prestam a um filho de Deus, marcado com os santos óleos. Enquanto o **Pater Noster** vai ser recitado em voz baixa, recolhei-vos e, em silêncio, elevai os vosos corações para o Senhor e lembrai-vos da alma daquele que acaba de vos deixar. Reflecti na necessidade de vós próprios vos preparardes para aparecer diante de Deus, com os mesmos sentimentos de amor cristão. Saibamos acompanhar esta família e gravemos bem na memória a lembrança deste defunto que esperamos em Deus encontrar um dia no Céu».

— Em seguida, depois de ter posto a estola e a capa pretas, procede-se à cerimónia ritual da absolvição: **Non intres, Libera, Pater** (em voz baixa) oração, que se devem dizer em latim. Para os fiéis, o ritual bilingue já contém a tradução do **Non intres** e da oração, bem como algumas fórmulas de exortações apropriadas para as diversas circunstâncias.

— Por fim faz parte dos funerais cristãos a inumação, que supõe a condição do cadáver à sepultura enquanto se cantam a antífona **In Paradisum;** o **Benedictus,** a antífona **Ego sum,** os versículos e a oração, que devem ser cantados em latim, mesmo quando a sepultura é adiada. O ritual também traduz estes textos.

António Crisóstomo



O MESTRE DIVINO (1)

P.e Porfírio Gomes Moreira

O Evangelho é uma presença de Cristo no mundo e, por meio dele, o Filho de Deus continua a dar testemunho da verdade e a revelar aos homens os mistérios insondáveis da Divindade. É por meio deste livro que nós poderemos conhecer Jesus Cristo tal qual é: Deus, como no-lo mostram os seus portentosos milagres e Homem pelas suas canseiras e sofrimentos.

Por isso são de louvar não só a publicação da biografia histórica de Jesus, segundo os Evangelistas, seriando e dispondo cronològicamente os diversos passos evangélicos, como também as notas preciosas que esta obra encerra, mostrando aos cristãos que a doutrina da Igreja Católica é a verdadeira e genuína doutrina de Cristo. Cristo e a Igreja são uma e a mesma coisa.

Para a Pia Sociedade de S. Paulo vai, pois, o nosso reconhecimento pelos esforços empregados na difusão da Boa Imprensa e o nosso apoio ao seu trabalho na difusão de obras acessíveis ao grande público. Basta recordar as edições dos Evangelhos e os «Comentários» do Cardeal Lercaro.

HERMENEGILDO VALENTE

(1) Edições Paulistas, Lisboa 1957

A CIÊNCIA MODERNA E OS MILAGRES (2)

H. Maraldi

A Igreja de Cristo alicerçada sobre a rocha firme de Pedro, jamais poderá ser abalada pelo desenvolvimento quase vertiginoso da ciência moderna.

Deus não pode contradizer-se; por conseguinte a Verdade participada nas criaturas e manifestada nas leis da natureza, não pode de maneira alguma ir contra a mesma Verdade, da qual a Igreja é depositária. Todavia como há fenómenos que ultrapassam as leis da natureza, precisamos de um critério, em virtude do qual o nosso espírito não oscile entre polos extremos: a crendice e a negação sistemática.

É este critério, esta orientação que

H. Moraldi aponta na sua obra. Senhor duma vasta erudição, examina certos fenómenos extraordinários à luz da ciência moderna, mostrando que esta é não só utilíssima para distinguir o verdadeiro do falso, mas além disso é de grande vantagem para fazer sobressair a realidade transcendente do sobrenatural. Apoiando-se em sólidos documentos e nas conclusões a que chegaram os maiores sábios da Humanidade, considera alguns fenómenos extraordinários (desde as curas milagrosas de Lourdes até aos factos extraordinários do Evangelho) e conclue que a ciência moderna, longe de afastar o sábio de Deus o aproxima cada vez mais da fonte da Verdade pura.

Livro útil que poderá ser lido com interesse, pois à novidade do assunto junta-se o agrado e clareza da exposição.

ARMÉNIO DA COSTA JÚNIOR

(2) Edições Paulistas — Lisboa, 1957.

PEREGRINAÇÕES E LIVROS DE MILAGRES NA NOSSA IDADE MÉDIA (3)

(2.ª Edição)

Mário Martins, S. J.

O nome de Mário Martins indica um dos portugueses contemporâneos mais conhecedores da nossa literatura medieval. O douto jesuita consegue ultrapassar a barreira do tempo e mergulhar na época «dos duques façanhudos, das pontes levadiças» e sobretudo «dos peregrinos». É essa a sua vocação de erudito.

E uma prova eloquente de tal afirmação reside nas várias obras que Sua Rev.ª tem publicado acerca da literatura medieva.

Peregrinações e Livros de Milagres na nossa Idade Média, aparece agora, *em 2.ª edição,* para um público português *guloso* da espiritualidade que preparou e presidiu ao seu nascimento e o acompanhou na sua evolução histórica. Todo o livro é profusamente documentado. E o autor — não fora ele jesuita — guarda religioso respeito aos documentos.

Imprimindo um sabor arcaico ao seu comentário, Mário Martins dá-nos a impressão de estarmos a ler «medievais narrativas de uma simplicidade única e impressionante».

Na descrição das *peregrinações* aos santuários e ermidas — em especial, às de Nossa Senhora, a cuja sombra descansava a contemplativa alma guerreira de D. Nuno — Mário Martins enternece, comove. «Sente-se a presença dos santos na nossa vida como membros da mesma família (pág. 189). No que se refere aos *Livros de Milagres* o autor é menos brilhante sem deixar, contudo, de ser agradável.

Em suma: eis, em *reedição* um livro que para muitos será ainda uma autêntica surpresa.

F. ROCHA

(3) Edições da «*Brotéria*», Lisboa, 1957.

DA TONSURA AO EPISCOPADO (4)

(Notas sobre o Sacramento da Ordem)

J. C. Freitas Barros

Estamos perante um livro, cuja necessidade, segundo os moldes didáticos em que se encontra escrito, de há muito se fazia sentir entre nós, portugueses.

Com efeito, quis o Autor, já consagrado em escritos de género litúrgico, pôr nas mãos de toda a gente, a história e a estrutura orgânica dos vários graus do Sacramento da Ordem. Conseguiu-o admiràvelmente, pois este seu livro é um guia utilíssimo para uma óptima compreensão do Sacramento gerador de Hierarquia, e consequentemente, contribue de modo singular para criar naqueles que o lerem e devem-no ler todos, uma estima maior pelo Sacerdócio católico... esse desconhecido.

Tem este livro três partes. Na primeira, de carácter geral, o autor apresenta os Fundamentos do Sacramento da Ordem e trata, numa sequência de capítulos, da sua instituição, constituição, efeitos, necessidade, excelência, etc... Na segunda parte, estuda o autor, em particular, cada um dos graus do Sacramento da Ordem, desde Prima Tonsura, passando por cada uma das Ordens Menores e Maiores, até ao Episcopado. Finalmente, vem a parte terceira, em que o Autor descreve pormenorizadamente os Ritos da Ordenação Geral, da Prima Tonsura à Sagração Episcopal. Para quem deseja seguir e compreender as Cerimónias das Ordenações, esta última parte é, a todos os títulos, preciosa.

Em suma, completo sobre o assunto, primoroso de linguagem, só é pena que a capa, pobre de arte e beleza estética, não esteja à altura do livro. Todavia, este impõe-se por si mesmo, e reflecte delicadamente as virtudes e o grande amor ao Sacerdócio do grande sacerdote que o escreveu.

ANALIDE GUERREIRO

APOSTOLAT DES PREMIERS CHRÉTIENS (5)

Henri-Pierre de Lagneau

Numa época em que tantos apóstolos perante a tarefa de um mundo novo a cristianizar sofrem a tentação de esquecer o ensino e a acção dos antepassados na Igreja, é sumamente oportuna uma colecção como esta de que se nos apresenta mais um volume. Por outro lado não deixa também de ser altamente significativo o facto desta colecção nascer de uma editorial destinada primàriamente à formação de militantes dos organismos da Acção Católica do mundo operário, aquele sector da sociedade que sofre mais a tentação de dar de mão com todo o passado pois é nova classe surgindo, desejosa de ocupar um justo lugar nos quadros sociais, económicos e políticos que muitas vezes se lhe opõe.

Apostolado operário e apostolado dos primeiros cristãos: tempos diferentes, diferentes mentalidades, situações concretas dispares. Mas as mesmas constantes profundas no homem e na sociedade. Naquele, a mesma sede de bem, de jus-

tiça, de verdade, de felicidade, aliada a uma natureza corrompida que obscurece estas aspirações com as nuvens do egoísmo, da sensualidade e da prepotência. Nesta, uma sociedade carregada de tradições e estruturas, algumas bem vivas e actuais, outras representando estádios históricos ultrapassados que procuram subsistir teimosamente à custa do atrofiamento das novas correntes da vitalidade social. Por outro lado estas correntes, por força mesma da oposição que se lhes levanta, entregam-se aos excessos do que poderemos justamente chamar uma crise de adolescência social: com defeitos e inexperiência é certo, mas com a generosidade, a força, a exuberância dos organismos jovens.

A tal homem, a tal sociedade traz o apóstolo uma vida transcendente e sobrenatural, não obstante redentora do homem nesta sociedade e por isso, de alguma sorte, dessa sociedade também. Duas tentacões: um materialismo, ou melhor, panteismo apostólico, esquecido da sobrenaturalidade do apostolado cristão; um docetismo ou maniqueismo apostólico, esquecido do valor da carne, elemento essencial da definição de homem, do valor da sociedade, quadro essencial de realização do mesmo homem. Tais tentações são tanto do nosso tempo como o foram das eras do primitivo cristianismo — já o dissémos: correspondem ao desiquilíbrio deixado em nós pela falta original. A elas procuraram responder os primeiros cristãos baseando a sua vida e acção nos ensinamentos do Evangelho, guiando a sua actividade pelas orientações dos seus Pastores e Mestres na Igreja, colhendo a vitalidade sobrenatural da Igreja.

A estes pontos correspondem as partes do livro de Lagneau. Surgem-nos em primeiro lugar alguns aspectos da acção apostólica dos primeiros cristãos. A seguir são apresentados os fundamentos doutrinais dessa actividade numa linguagem — aliás como em todo o livro — clara e acessível, bem apropriada para o público a que se destina. Numa segunda parte do volume são-nos dados textos da tradicão cristã sobre estes pontos desde a carta a Diogneto (séc. II-III) a S. Pedro Crisólogo (séc. V).

Pelo que afirmamos fica bem clara a actualidade e importancia deste estudo. E embora dedicado directamente aos militantes operários creio que o devo recomendar a todos que com eles vão trabalhar. Nesta páginas encontramos muitas sugestões para os problemas que nos surjam. Só na fidelidade à corrente interior de tradição vital que percorre a existência da Igreja, encontraremos a chave para um autêntico e fecundo apostolado eclesial.

MIGUEL PONCES

---

(5) Colecção «Eglise d'hier et d'aujourd'hui» *Les Éditions Ouvrières*



JÚLIO GOMES FERREIRA & C.ª, L.DA

A casa mais antiga do País no seu género · **Fundada em 1832** · Rua da Vitória, 82-88—Rua do Ouro, 166-170

Lustres, Lanternas, Placas, Castiçais, Lâmpadas, Suspensões, Banheiras, Caldeiras, Esquentadores, Fogões de cozinha

Instalações sanitárias, Casas de banho, Pára raios, Aquecimento central, Ascensores, Ventilação, Eléctricas, Contra incêndios, Telefone, Todos os trabalhos em latão e ferro forjado

RUA INFANTE D. HENRIQUE
PORTO

ROSSIO, 93 2.º
LISBOA

FERREIRINHA

VINHO PARA MISSAS

Preparado conforme norma canónica e com a aprovação de Sua Ex.ª Rev.ma o Sr. Bispo do Porto



Se não vê...

Se não vê bem será bom consultar um especialista.
Depois... depois venha à nossa casa onde encontrará as melhores lentes e armações.

ALTA
qualidade
a baixos
PREÇOS

HORÓPTICA, LDA

OCULISTA

Rua de Santa Justa, 7 — LISBOA

Missal Romano

Para todos os dias do ano, com sacramentário e devocionário em papel bíblia contendo 1250 páginas.

Preços:

Encadernação em percalina — 40$00
« « pergamóide 60$00
chagrin c/ folhas douradas — 110$00

Pequeno Missal

Para domingos e festas, com sacramentário e devocionário.

Preço:

Encad. em muito boa percalina — 20$00

Novo Testamento

Traduzido do grego e anotado pelo Cónego Dr. José Falcão — 40$00

Pedidos à União de São João
Gráfica de Gouveia L.da - GOUVEIA

Aparelhos televisores
Máquinas de barbear

Aparelhos rádio
Gira-discos

Máquinas de gravar
Frigoríficos

AS MELHORES MARCAS

GRANDE SORTIDO

Descontos especiais ao Clero

Eurico & Rosa L.da

Rua das Pretas, 18-20

Telef. — 24410 / 20183 — Lisboa

C. SANTOS

LANIFÍCIOS

Sortido completo de lanifícios para o Rev.mo Clero, Seminaristas, Colegiais, etc.

Qualidades para todos os preços. Exclusivos — Secção de cachecois e lanifícios de côr

DESCONTOS E PRAZOS

COVILHÃ

OURIVESARIA
ALIANÇA

Verdadeiro atelier de arte, conhecido no País e estrangeiro

As mais especializadas oficinas para a esmerada confecção de todos os objectos do culto católico

Rua das Flores, 191-211—Porto
Rua Garrett (Chiado,) 50-Lisboa

Sassetti & G.ª

Instrumentos de música

Têm o maior gosto em pôr à disposição de V. Ex.a os seus serviços através das suas secções de:

MÚSICAS de todas as edições

DISCOS das melhores marcas

PIANOS e ÓRGÃOS novos e em segunda mão

T. S. F. Ponto-Azul, Siemens, Schaub, Siera etc., etc.

54, Rua do Carmo, 58 LISBOA Telef. 21657

Economize...



STUDIO TOM B-1

adquirindo para o seu lar uma instalação de GAZCIDLA, o moderno combustível que lhe proporciona, a baixo preço, energia, iluminação, aquecimento, banho e refrigeração.

O GAZCIDLA, pelas suas notáveis qualidades, contribui eficazmente para a felicidade do lar português.



GAZCIDLA

VENDAS A PRONTO E A PRESTAÇÕES DE CALORÍFEROS
FOGÕES, ESQUENTADORES, ETC. • EM TODAS AS AGÊNCIAS DO PAÍS

REVISTA DOS ALUNOS
DO SEMINÁRIO DE
CRISTO-REI «OLIVAIS»